

HABEAS CORPUS Nº 549.151 - SP (2019/0359457-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RENAN LUIS DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : RENAN LUÍS DA SILVA PEREIRA - SP398277
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDIO JOSE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **CLAUDIO JOSE DOS SANTOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Narram os autos que o paciente obteve a progressão de regime, por decisão de 1º Grau (fls. 111-112).

Irresignada com a data-base fixada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução, o qual foi **desprovido**, em v. acórdão assim ementado (fls. 18-25):

"Progressão. Pretendida retificação de cálculo de pena. Contagem do lapso temporal para nova progressão a partir da data em que o sentenciado teve deferido o benefício da progressão anterior. Necessidade de efetiva vivência do período mínimo previsto pela legislação no regime intermediário. Decisão acertada. Remição por horas de estudo. Indeferimento de pedido de remição com base em horas de estudo excedentes ao limite diário previsto pela Lei de Execuções Penais (art. 126, § 1º, I). Decisão acertada. Ausência de amparo legal do pleito formulado pelo agravante. Observância estrita dos parâmetros legais aplicáveis. Cálculo correto. Agravo improvido."

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa, ora impetrante, sustenta que a decisão que concede a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva, de modo que a data-base para a próxima progressão deverá ser aquela em que o reeducando preencheu os requisitos legais e não a data em que proferida a decisão concessiva. Assevera que este é o atual entendimento da jurisprudência.

No caso dos autos, esclarece que deve ser considerada a data de preenchimento do requisito temporal (objetivo).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para a retificação da data-base imposta para a progressão de regime. No mérito, a confirmação da liminar, com a ordem definitiva.

É o relatório.

Decido.

Da análise perfunctória, própria dos pedidos liminares, é possível se aferir a presença de constrangimento ilegal em desfavor do paciente, uma vez que esta Corte Superior de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que a decisão que concede progressão de regime tem natureza meramente declaratória e não constitutiva.

Dessa forma, a data-base para a nova progressão é aquela em que foram atendidos os requisitos legais e não a data em que tal fato foi reconhecido por decisão judicial.

Confira-se:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO. EXCESSO DE PRAZO NA APRECIÇÃO DO PLEITO ANTERIOR, OBJETIVANDO O REGIME SEMIABERTO. DATA EM QUE EFETIVAMENTE IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO, E NÃO A DATA DA EFETIVA INSERÇÃO NO REGIME INTERMEDIÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

[...]

2. Após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC 115.254/SP, esta Corte Superior de Justiça, revendo o entendimento anterior, passou a entender que, "na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112, LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior. A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória, e não constitutiva. Deve ser aplicada a mesma lógica utilizada para a regressão de regime em faltas graves (art. 118, LEP), em que a data-base é a da prática do fato,

e não da decisão posterior que reconhece a falta." Precedentes.

3. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para cassar o acórdão prolatado pelo Tribunal a quo e determinar, em consequência, que o Juízo das Execuções Criminais adote como data-base para futura progressão de regime o dia em que efetivamente implementados os requisitos objetivo e subjetivo, e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior." (HC 439.068/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 23/03/2018)

Ante o exposto, até julgamento definitivo neste **writ**, **DEFIRO o pedido liminar, parcialmente**, a fim de suspender os efeitos das decisões impugnadas, que fixaram, como data-base para a nova progressão, aquela em que foi proferido o **decisum** que concedeu ao paciente o benefício anterior. **Assim, devendo ser, por ora, considerada a data em que implementados os requisitos objetivo e subjetivo.**

Solicitem-se informações à autoridade indigitada de coatora, bem assim ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator